



Para tucanos, relatório da CGU comprova esquema de corrupção no Ministério dos Transportes

Os deputados **Antonio Imbassahy (BA)** e **Vaz de Lima (SP)** afirmam que a auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) no Ministério dos Transportes comprovou a existência do esquema de corrupção na pasta. Eles pedem a devolução dos recursos desviados, que, segundo o levantamento, chegam a R\$ 682 milhões. O relatório aponta 66 irregularidades em 17 contratos que envolvem R\$ 5,1 bilhões. São mencionados indícios de conluio, precariedade dos projetos, preços excessivos, serviços não executados e adulteração em medições de obras.

“Espero que esse parecer não fique apenas no conhecimento público, mas se transforme em ações efetivas do governo federal, que tem

obrigação de responsabilizar os envolvidos e ressarcir os prejuízos que ficaram para a população”, afirmou Imbassahy. O tucano cobrou ações para reaver o dinheiro.

Os parlamentares lembram que ainda há suspeitas em relação ao atual titular dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, e até mesmo ao ex-ministro do Planejamento Paulo Bernardo, hoje no comando das Comunicações. Após ter sido demitido por conta de denúncias, o senador Alfredo Nascimento (PR-AM) afirmou que os aditivos teriam ocorrido durante seu afastamento, quando foi substituído por Passos.

“É razoável imaginarmos que Passos conhecia e acompanhava tudo

isso. A responsabilidade é, na verdade, solidária. São vários culpados”, afirmou Imbassahy. “Esperamos que a presidente atue com rigor e puna os que porventura estejam envolvidos, inclusive o ministro”, completou Vaz de Lima.

Para o deputado, a divulgação dos resultados da auditoria atende à pressão da sociedade por uma resposta à enxurrada de fraudes que tomou conta do Executivo, mas está longe de representar solução. Segundo ele, o Ministério Público e a Justiça precisam articular ações para que os recursos voltem aos cofres públicos. “Enquanto a torneira da malversação e dos desvios estiver aberta, não haverá dinheiro para investir.” @

R\$ 682 milhões

Foi o valor supostamente desviado de contratos do Ministério dos Transportes, segundo a Controladoria-Geral da União.

Garantir recursos para a saúde é obrigação da presidente Dilma, afirma Macris

A presidente Dilma foi arrogante ao colocar a “faca no pescoço dos governadores” e pressioná-los para que defendam a criação da Contribuição Social para a Saúde (CSS), avalia o deputado **Vanderlei Macris (SP)**. Sem o novo imposto do cheque, a petista afirma que não haverá fonte de financiamento para a área. Conforme um assessor direto dela, “ou é a CSS ou é nada”.

“É a saúde que está em jogo e necessita de mais investimento. Dilma trata o assunto simplesmente como uma questão política. Ou seja, ou tem CPMF ou vai ficar sem nada para o setor”, criticou.

Segundo o parlamentar, é obrigação do Executivo destinar mais verba. “Vamos aprovar a regulamen-

tação da Emenda 29 e a origem do recurso quem tem que arrumar é a presidente. É possível cortar o excesso de gastos públicos e garantir esses valores”, declarou. Segundo o jornal “O Globo”, os governadores querem mais dinheiro para bancar as despesas. A votação do projeto está prevista para o dia 28 na Câmara.

Macris afirmou que o PSDB votará a favor da proposta e não aceitará novos tributos. “O Parlamento já rejeitou a CPMF. Não é agora que vamos recuperar esse imposto. A carga tributária brasileira já está no seu limite absoluto”, disse.

O tucano lembrou que, na campanha, Dilma prometeu votar o texto sem gerar novos gastos para a população. Em dezembro de 2010, durante reu-

nião sobre os desafios na área, a petista garantiu que não pretendia elevar taxas. Para Macris, “esse é mais um compromisso que a presidente não cumpre”.

O deputado **Jutahy Junior (BA)** anunciou no Facebook que votará contra a CSS. “O governo está lutando para criar uma nova CPMF, justificando que só desta maneira a saúde pode ser financiada. Mentira. Todos os anos há aumento real de arrecadação dos tributos federais.”

Contrário ao projeto do Planalto, o líder do PSDB no Senado, **Alvaro Dias (PR)**, lembra que o Impostômetro – que mede o total de taxas pagas no país – atingirá nesta semana a marca de R\$ 1 trilhão. @

“É a saúde que está em jogo e necessita de mais investimento. Dilma trata o assunto simplesmente como uma questão política.”

■ Deputado Vanderlei Macris (SP)

Limitar acesso a remédio para tratamento do câncer é inaceitável e desumano, dizem deputados

Médicos, os deputados **Raimundo Gomes de Matos (CE)** e **César Colnago (ES)** classificaram de “absurdo” o fato de o Ministério da Saúde limitar acesso a remédio para tratamento de câncer. Reportagem do jornal “Folha de S.Paulo” mostrou que a pasta restringe o número de pacientes com leucemia mieloide crônica que terá direito a medicamentos mais caros. Os tucanos consideraram o caso lamentável e desumano.

O hemocentro da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) recebeu uma relação do ministério vetando, nominalmente, 14 pessoas de continuarem recebendo as drogas. Indignado, um professor resumiu a situação: “É uma ‘lista de Schindler’ às avessas. Sem os medicamentos, esses

pacientes morrem”, alertou.

Na avaliação de Colnago, o problema é inadmissível. “É um absurdo, pois o Sistema Único de Saúde garante esse remédio. O governo tem tantos gastos supérfluos com cargo comissionado, viagens, diárias, cartão corporativo, sem contar os desvios, e na hora de ajudar quem precisa faz isso. É uma falta de responsabilidade social”, reprovou.

A polêmica vem desde julho, quando passou a vigorar uma nova portaria que limitou em 15% a taxa de doentes com direito a receber drogas de segunda linha – única opção para quem não responde ao tratamento com as de primeira linha, usadas no período

inicial da leucemia. Com o tempo, é comum o organismo ficar resistente à substância.

Gomes de Matos, por sua vez, lamentou o fato de a gestão petista só falar em saúde quando o assunto é cobrar mais imposto. “É triste vermos várias pessoas até morrerem por precisarem do uso contínuo do remédio e não terem acesso. Às vezes um paciente tem que entrar na Justiça para poder ter o direito”, lamentou. “O governo não age de forma lógica, pois se um cidadão fica sem tomar o medicamento por dois dias, por exemplo, o quadro clínico piora. Logo, vai sair mais caro, já que ele voltará a se internar, até ficar na UTI, demandando mais investimento. Há uma incoerência” acrescentou.

NÚMEROS CONTROVERSOS

Enquanto o Ministério da Saúde afirma que 10% dos pacientes com esse tipo de leucemia precisam da droga de segunda linha, os hospitais estimam que o índice varia de 20% a 35%.

Parlamentar pede esclarecimentos sobre situação das obras de duplicação da BR-163

Requerimento do deputado **Nilson Leitão (MT)** pede ao ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, esclarecimentos sobre a finalização da duplicação e melhoria da rodovia BR-163, localizada no Mato Grosso. Uma das principais estradas de ligação entre o Norte, o Centro-Oeste e o Sul do Brasil, a via tem total de 3.467 quilômetros de extensão. Para o tucano, o desenvolvimento agrícola da área depende diretamente da conclusão das referidas obras.

Passos terá que informar qual o

total de recursos orçamentários destinados para duplicação, o cronograma do projeto e como está sendo feita a supervisão por meio dos órgãos da administração pública, na construção e pavimentação, na divisa de Mato Grosso – Santarém/Pará. O titular da pasta deverá apontar quais as empresas vencedoras das licitações para a execução do empreendimento.

De acordo com Leitão, o crescimento do setor agrícola depende da conclusão da pista. “Além de fomentar o comércio, o término da obra irá

colocar o Brasil em condições de competir com o mercado externo”, justifica.

O tucano completa: “Outra questão extremamente importante diz respeito aos acidentes registrados, que decorrem da falta de ampliação e conservação e das péssimas condições de tráfego da estrada”.

Na última quarta-feira (7), trecho da BR na cidade de Sorriso (420 quilômetros de Cuiabá) foi interditado por causa de rachaduras em blocos de concreto responsáveis pela sustentação de um dos viadutos.

“Além de fomentar o comércio, o término da obra irá colocar o Brasil em condições de competir com o mercado externo.”


■ Deputado Nilson Leitão (MT)

Leia também em nosso blog:

- ➔ Ata do Copom sobre corte brusco da taxa de juros mais confunde do que explica, avalia ITV
- ➔ Otavio Leite sugere construção de memorial em homenagem aos brasileiros mortos em 11 de setembro de 2001
- ➔ Direto do Twitter, com os deputados Bonifácio de Andrada (MG), Andreia Zito (RJ), Paulo Abi-Ackel (MG) e Vanderlei Macris (SP)
- ➔ Direto do Plenário, com os deputados Duarte Nogueira (SP) e César Colnago (ES)

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenador de redação: Marcos Côrtes ■ Editores: Elisa Tedes e Gabriel Garcia ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno, Laize de Andrade e Letícia Bogéa ■ Editora da Rádio PSDB: Ana Maria Mejia ■ Diagramador: Francisco Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com  , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo 